

HABEAS CORPUS Nº 502.149 - SP (2019/0093664-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : RAMON GONCALVES DA SILVA
ADVOGADO : RAMON GONÇALVES DA SILVA - SP0406988
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO DA SILVA SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THIAGO DA SILVA SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação n. 0005118-26.2018.8.26.0066.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pelo Juízo de 1º grau, às penas de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e 600 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 28/32 e 33/34).

Inconformada, a defesa apelou e o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso (fls. 18/27), por acórdão assim ementado:

Apelação Criminal Tráfico Ilícito de Entorpecentes.

Materialidade delitiva e autoria demonstradas Prova tranquila para manutenção do decreto condenatório.

Penas corretamente fixadas.

RECURSO DESPROVIDO.

No presente *mandamus* (fls. 3/17), a impetrante sustenta que o Tribunal *a quo* impôs constrangimento ilegal ao paciente ao exasperar a pena-base na fração de 1/5, ao argumento de que, por um lado, a quantidade de drogas apreendidas não é expressiva e, por outro, a incidência da fração de 1/6 é proporcional ao caso, nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte acerca do tema.

Insurge-se, ainda, contra o afastamento do redutor previsto no

§ 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Aduz estarem presentes todos os requisitos para a concessão do benefício e que a existência de registro de ato infracional, ocorrido há mais de 7 anos, não pode ser considerado elemento suficiente para afastar o benefício, tendo em vista o disposto no enunciado n. 444 da Súmula desta Corte.

Uma vez reduzida a pena, aponta que o paciente faz jus ao regime inicial aberto, pela aplicação do disposto no art. 33, § 2º do Código Penal, e à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, ante o cumprimento dos requisitos previstos no art. 44 do Código Penal.

Ao final, liminarmente, requer que o paciente aguarde em liberdade o julgamento deste *habeas corpus* e, no mérito, a redução da pena-base, com a aplicação da fração de 1/6; a incidência do redutor de pena, previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, na fração máxima; e fixação de regime inicial aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, o pedido liminar, para que o paciente aguarde em liberdade, não possui relação de cautelaridade com o motivo da impetração, que se refere apenas ao apontado constrangimento ilegal pela dosimetria da pena realizada pelas instâncias ordinárias e pelo regime inicial fixado.

Ademais, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal, notadamente se considerado que, a princípio, o regime

inicial mais gravoso está fundamentado na existência de circunstância judicial desfavorável, o que está em consonância com o disposto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

